



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Agosto de 2025

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em agosto de 2025. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil	4
Colômbia	7
Equador	10
Guiana	12
Peru.....	13
Suriname	16
Venezuela	17
OTCA	18

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

O mês de agosto na Bolívia ficou centrado na corrida eleitoral para a definição do próximo presidente do país. Em paralelo, o aumento dos incêndios florestais ganhou repercussão novamente na mídia boliviana. Segundo dados divulgados pelo vice-ministro da Defesa Civil, Juan Carlos Calvimontes, a Bolívia apresenta 720 focos de calor, sendo que 549 estão concentrados no município de Santa Cruz, 140 em Beni e 15 em Potosí [1]. Além disso, o vice-ministro também divulgou que nove áreas de proteção do país foram atingidas pelos incêndios, incluindo: *Parque Nacional Noel Kempff Mercado*, *Reserva de Sama*, *Parque Carrasco*, *Parque Tunari* e *Área Natural de Manejo Integrado (ANMI) San Matías*. O mais afetado foi o Parque Noel Kempff Mercado, onde as equipes continuaram “realizando linhas de defesa com maquinaria pesada para controlar e liquidar o fogo” [2]. No dia 31 de agosto, Calvimontes lançou um alerta nacional, afirmando que as condições climáticas durante a semana favoreciam a propagação de incêndios florestais, devido à presença de ventos fortes. Autoridades do serviço meteorológico boliviano afirmaram que a combinação dos focos de incêndio ativos e ventos fortes não é boa, podendo se estender para outras partes do país [3].

No dia 23 de agosto, a deputada María René Álvarez apresentou uma nota ao Ministério das Relações Exteriores exigindo a urgência em contatar países e entidades internacionais para a cooperação e ajuda ao combate aos incêndios florestais. Para a deputada, a “colaboração internacional se apresenta como um elemento fundamental para nossa estratégia de proteger o meio ambiente e garantir um futuro sustentável para nossa geração, presente e futura” [4]. No dia 25 de agosto, a chancelaria boliviana organizou uma reunião com o corpo diplomático e organismos internacionais creditados no país, informando sobre a situação dos incêndios que afetam as distintas regiões, as áreas mais vulneráveis e os riscos que persistem devido às condições climáticas. O encontro foi realizado em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente e Água, da Defesa e Planejamento. O objetivo da reunião era ressaltar a importância da ajuda internacional no combate aos incêndios florestais, bem como renovar o auxílio para a situação atual e, a longo prazo, “consolidar as capacidades preventivas e de resposta que a Bolívia vem desenvolvendo com o acompanhamento da cooperação” [5]. Como forma de exemplificar a importância dos recursos internacionais para o país, no início do mês de agosto, Sosa entregou uma tonelada de ajuda humanitária para famílias afetadas pelos incêndios

florestais no país. A ajuda foi composta por alimentos, medicamentos, água, itens de higiene básico [6].

No dia 20 de agosto, aconteceu uma reunião extraordinária dos ministros das relações exteriores dos países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em Bogotá. Nesse âmbito, Celinda Sosa reforçou a importância da criação do Mecanismo Amazônico de Povos Indígenas e propôs o lançamento da iniciativa sobre Frutos Amazônicos. A ministra destacou que essas iniciativas refletem o compromisso do Estado boliviano com a proteção integral da Amazônia, a defesa dos direitos dos povos indígenas e a construção de uma agenda comum de desenvolvimento sustentável. Nas palavras da autoridade boliviana, “a Amazônia [...] é a base de um novo modelo econômico e de vida, que prioriza a justiça social, a equidade e o respeito aos limites da natureza” [7].

No dia 22 de agosto, aconteceu, também em Bogotá, o encontro dos chefes de Estado no marco da V Cúpula dos Presidentes da OTCA, no qual o presidente boliviano, Luis Arce, participou. Na reunião, os representantes dos países concordaram com a proposta boliviana de criar uma Força Tarefa Conjunta, com o objetivo de combater os incêndios florestais e enfrentar a criminalidade na região de maneira coordenada. Na fala de Arce, essa Força Tarefa operaria com equipes especializadas no combate a incêndios florestais e seria ativada conforme qualquer membro a solicite [8]. Em sua fala, o presidente também reforçou o restabelecimento da Comissão Nacional Permanente (CONAPER) da Bolívia para a OTCA, que se reuniu em Cobija no dia 14 de agosto, além de ter anunciado o apoio boliviano – e uma eventual entrada do país – na iniciativa Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), que será lançada pelo Brasil na COP30.

Referências

- [1] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/gobierno-declara-emergencia-nacional-ante-los-incendios-forestales_527168/
- [2] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/santa-cruz-registra-181-focos-de-calor-y-9-incendios_527502/
- [3] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/gobierno-emite-dos-alertas-en-bolivia-por-incendios-y-vientos-de-hasta-90-kmh_528421/
- [4] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/incendios-diputada-alvarez-solicita-cancilleria-que-active-mecanismo-de-cooperacion-internacional_527598/
- [5] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/08/25/22429/>
- [6] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/08/03/22263/>
- [7] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/08/21/22407/>

[8] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/cumbre-de-la-otca-paises-amazonicos-evaluan-crear-fuerza-conjunta-contra-incendios-y-criminalidad_527541/

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva compareceu à V Cúpula de Presidentes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), realizada em Bogotá, nos dias 22 e 23 de agosto. O objetivo do evento foi dar prosseguimento à revitalização da integração pan-amazônica com base na Declaração de Belém, aprovada na cúpula de 2023, e definir ações estratégicas para a COP30 [1]. O evento incluiu o Encontro Regional Amazônico, onde se reuniram representantes da sociedade civil, povos indígenas, comunidades tradicionais, academia, entre outros setores, que reivindicaram uma maior participação social na tomada de decisões da OTCA [2]. Ao final, Lula e os demais representantes dos países-membros da organização assinaram a Declaração de Bogotá. Entre os 35 pontos do documento, constam apoios à produção agrícola sustentável, transição energética justa, proteção dos povos indígenas, criação do Fundo Florestas Tropicais para Sempre na COP30 e realização de uma próxima cúpula presidencial em 2027, no Equador [3].

Cabe destacar, entre os pontos da Declaração de Bogotá, o desafio do crime organizado e transfronteiriço. Além de uma menção geral na introdução do documento, quatro pontos mencionam diretamente o tema: os pontos 22, 23, 24 e 26. Todas as menções dizem respeito ao fortalecimento de organismos multilaterais cujo objetivo é cooperar em relação ao tema [4]. Nos discursos realizados por Lula e pelo Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, também houve menções à temática [1][5]. A problemática do crime envolve tanto o narcotráfico, quanto os crimes ambientais e de origem mineradora, ambos transnacionais. No dia 4 de agosto, por exemplo, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) apreendeu 103 kg de ouro, umas das maiores apreensões de ouro ilegal história do Brasil. A operação foi um desdobramento do plano Amazônia: Segurança e Soberania (Amas), uma iniciativa lançada em 2023 cujo objetivo é promover segurança pública aos estados amazônicos [6]. A questão da criminalidade no território amazônico confronta diretamente uma perspectiva de governança pan-amazônica a partir da cooperação entre Estados nacionais e a sociedade-civil, visto que redes de poder

própria do crime organizado operam no mesmo território e promovem um tipo próprio de governança [7].

No que toca o tema da energia, antes da cúpula, no dia 11, organizações da sociedade civil entregaram ao Itamaraty uma carta reivindicando que o Brasil defendesse o fim da exploração de petróleo e gás na Amazônia e a sua transformação na primeira zona global de exclusão da exploração e produção de combustíveis fósseis [8]. Entretanto, em seu pronunciamento durante o evento, Lula afirmou que o caminho mais promissor para os países reduzirem a dependência de combustíveis fósseis “é o da diversificação das fontes”, porém propôs a criação da OTCA Social, “para garantir contato permanente entre a sociedade civil e as instâncias decisórias da Organização”. Além disso, lembrou que o Brasil inaugurará, “em Manaus, o Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia, a fim de facilitar a coordenação com países amazônicos no combate ao crime organizado”; explicou que a COP30 está sendo organizada em quatro círculos de diálogo: um primeiro entre presidentes de COPs anteriores, um segundo entre Ministros da Fazenda, um terceiro entre povos indígenas e afrodescendentes e um quarto entre diversos setores que realizarão um Balanço Ético Global para formar consensos a respeito de uma transição justa. Por fim, anunciou que o Brasil proporá a criação, na ONU, de um “Conselho do Clima capaz de mobilizar os países a efetivarem seus compromissos” [9].

Ainda no que toca a relação do Brasil com os países da região, Lula recebeu seu homólogo do Equador, Daniel Noboa, para uma visita oficial em Brasília, no dia 18, acompanhado de uma comitiva ministerial. Foram assinados memorandos de entendimento em temas como combate à fome e à pobreza, agricultura familiar, inteligência artificial e redução do desperdício de alimentos. Os dois presidentes também reiteraram um compromisso com a transição energética e a proteção da Amazônia. Para melhor combater o crime organizado, Lula anunciou que o Brasil reabrirá a adidância da Polícia Federal em Quito e ampliará a cooperação em investigações financeiras e repressão ao contrabando [10].

No âmbito doméstico, Lula sancionou parcialmente, no dia 8, a nova lei de licenciamento ambiental (“PEC da Devastação”), aprovada em julho pelo Congresso Nacional. O presidente brasileiro vetou 63 dos quase 400 dispositivos aprovados pelos parlamentares, a fim de conter as flexibilizações criadas no regramento ambiental. Apesar dos vetos, manteve a Licença Ambiental Especial (LAE), que busca acelerar o licenciamento de obras consideradas estratégicas pelo Conselho de Governo. A proposta da LAE foi incluída no projeto de lei pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União

Brasil-AP), e pode facilitar a exploração de petróleo pela Petrobras na foz do Rio Amazonas [11].

Por sua vez, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) lançou, no dia 7, o relatório intitulado “Petróleo na Margem Equatorial Brasileira”. Elaborado por um grupo de 12 especialistas, o documento reivindica maiores estudos sobre impactos da exploração de petróleo na Margem Equatorial e afirma que qualquer decisão deve estar amparada por ciência, transparência, salvaguardas ambientais, planejamento governamental, conexão com as metas climáticas nacionais e consideração com o desafio global das mudanças climáticas [8]. Por sua vez, no dia 20, o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) propuseram a criação de um mosaico de Áreas Protegidas na foz do rio Amazonas, para tentar remediar os riscos da exploração de petróleo. O mosaico seria composto por Unidades de Proteção Integral e de Uso Sustentável. O grupo de pesquisadores também sugeriu a criação de um Instituto Nacional da Foz do Rio Amazonas (INFA) para a produção de dados científicos nos moldes do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE) [13].

Na agenda de desmatamento, cabe registrar que, segundo o Imazon, dez dos 772 municípios da Amazônia Legal foram responsáveis por quase 30% da área desmatada em toda a região entre agosto de 2024 e julho de 2025. Esses dez municípios somam 6% do território amazônico e estão localizados nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Acre [14]. Por sua vez, na agenda de segurança e direitos humanos, um estudo realizado pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontou que a taxa de violência sexual contra vítimas de 0 a 19 anos no conjunto dos estados da Amazônia Legal, em 2023, foi 21,4% maior do que a média brasileira. Seis estados amazônicos estão entre os dez com piores taxas no país: Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Pará, Tocantins e Acre. Os municípios com mais casos estão na faixa de fronteira [15].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/08/lula-participa-da-cupula-de-presidentes-da-otca-em-bogota-e-reafirma-compromisso-com-a-amazonia>.
- [2] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/08/22/organizacoes-da-sociedade-civil-reivindicam-participacao-na-governanca-da-otca/>
- [3] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-bogota

- [4] Acesso em: https://otca.org/pt/wp-content/uploads/2025/08/DECLARACAO-DE-BOGOTA_Cupula-Presidentes.pdf
- [5] Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/mauro-vieira/discurso-do-ministro-mauro-vieira-por-ocasio-da-reuniao-extraordinaria-de-chanceleres-da-otca-bogota-20-de-agosto-de-2025>
- [6] Disponível em: <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/socioambiental/Com-apoio-do-Fundo-Amazonia-plano-Amas-viabiliza-maior-apreensao-de-ouro-da-PRF/>
- [7] Disponível em: <https://radaramazonico.com.br/a-guerra-do-traffic-e-o-dominio-do-comando-vermelho-em-todo-o-territorio-amazonense>
- [8] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/08/12/em-carta-ao-itamaraty-organizacoes-pedem-fim-da-exploracao-de-combustiveis-fosseis-na-amazonia/>
- [9] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2025/08/pronunciamento-do-presidente-lula-durante-encontro-com-a-sociedade-civil-no-ambito-da-cupula-da-otca>
- [10] Disponível em: <https://radiogov.ebc.com.br/programas/e-noticia/lula-recebe-presidente-do-equador-daniel-noboa-recomeco-das-relacoes-politica-comercial-cultural-e-tecnologica-entre-os-dois-paises>
- [11] Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2025/08/pl-devastacao-lula-licenca-especial-acelera-exploracao-foz-amazonas/>
- [12] Disponível em: <https://www.abc.org.br/2025/08/07/abc-lanca-relatorio-petroleo-margem-equatorial/>
- [13] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/08/20/pesquisadores-propoe-criacao-de-mosaico-de-areas-protegidas-na-foz-do-amazonas/>
- [14] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/08/31/dez-municipios-concentram-quase-30-do-desmatamento-na-amazonia-nos-ultimos-12-meses/>
- [15] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/08/amazonia-tem-6-dos-10-estados-com-maiores-taxas-de-violencia-sexual-de-criancas-e-jovens.shtml>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 4 de agosto, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia e representantes de povos indígenas amazônicos convidaram a sociedade civil do país a aderir ao Pacto pela Vida para a Proteção da Amazônia [1]. O pacto representa um compromisso com a governança plural do território amazônico, visando o fortalecimento da participação de todos os setores sociais do país nas decisões relativas à região [1]. O chamado foi direcionado a jovens, mulheres, afro-colombianos, agricultores, movimentos ambientais e outros setores da sociedade civil. A iniciativa visa fortalecer o “Acordo pela Vida e Combate ao Desmatamento”, que reconhece as comunidades indígenas como guardiãs ancestrais da biodiversidade do país [1]. A ministra Lena Estrada afirmou que o governo colombiano está promovendo "o

pensamento indígena para a proteção da Amazônia”, levando em consideração que os povos ancestrais que vivem na região conhecem soluções para a proteção da floresta [2].

Todavia, no dia 5 de agosto de 2025, o presidente Gustavo Petro aceitou a renúncia de Lena Estrada, a primeira mulher indígena a ocupar o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, em mais uma das frequentes mudanças de gabinete de seu governo [3]. Estrada, do povo Uitoto Mekana, havia assumido a pasta em março, sucedendo Susana Muhamad, em um ano decisivo para as negociações acerca do meio ambiente, marcado pela V Cúpula de Presidentes Amazônicos em Bogotá e pela COP30 em Belém do Pará. A saída de Estrada ocorreu apesar do respaldo das principais organizações indígenas do país, que reivindicavam a permanência de uma representação estável no governo e chegaram a sinalizar possíveis mobilizações. Em sua despedida, Estrada ressaltou que os povos indígenas conhecem as soluções para enfrentar o desmatamento e a crise climática [3]. Para substituí-la, Petro designou temporariamente Irene Vélez, atual diretora da Autoridade Nacional de Licenças Ambientais e ex-ministra de Minas, sem que esta deixasse suas funções originais.

Em paralelo, ainda em 5 de agosto, o governo colombiano acusou o Peru de se apropriar de um território na tríplice fronteira com o Brasil. A ilha de Santa Rosa, que surgiu a partir de sedimentações do rio Amazonas, revive uma disputa centenária entre os dois países em meio à floresta amazônica. Foi a partir desse contexto que, seis dias após a acusação, a ilha amanheceu com uma bandeira colombiana hasteada. Em resposta, o governo peruano enviou militares que retiraram o símbolo nacional. Como reação, o governo de Gustavo Petro reforçou o efetivo militar na região de Letícia, parte do território da Colômbia na tríplice fronteira. Além disso, o presidente transferiu uma celebração nacional para a localidade, visando destacar o interesse e a presença estatal colombiana na região. Já o governo peruano, que, em julho de 2025, publicou uma lei criando o distrito de Santa Rosa de Loreto, expressou “seu mais firme e enérgico protesto diante das declarações do Governo da Colômbia sobre os direitos soberanos e atos de jurisdição que o Peru exerce de forma legítima e legal” [4]. A ilha, que possui cerca de três mil habitantes, segue em litígio e evidencia a relevância da floresta amazônica para ambos os governos.

No dia 12 de agosto, a Colômbia deu continuidade à busca pela ampliação da participação da sociedade civil nas decisões relacionadas ao território amazônico por meio da promoção do Círculo de Diálogo da Amazônia, que reuniu comunidades locais,

povos indígenas e representantes da sociedade civil [5]. O encontro, realizado no âmbito da Declaração de Belém (2023), teve como objetivo construir propostas coletivas para enfrentar os desafios ambientais da região e fortalecer a posição colombiana na COP30. Entre as propostas apresentadas como resultado do Círculo de Diálogo, destacaram-se medidas de fortalecimento da justiça e da governança local, mecanismos de financiamento com gestão direta pelas comunidades, além de iniciativas voltadas à bioeconomia e à educação ambiental [5]. Essas propostas subsidiaram a posição da Colômbia na V Cúpula de Presidentes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), realizada em 22 de agosto, em Bogotá, e poderão ser levadas à COP30, em Belém do Pará.

Já no dia 21 de agosto, um helicóptero da polícia foi derrubado por forças paramilitares na região de Antioquia, norte da Colômbia. Deixando oito membros das forças do Estado mortos e mais oito feridos, o ataque ocorreu durante uma operação de erradicação de plantações ilícitas. De acordo com o governo, o atentado foi realizado pelo Estado Maior Central, sob liderança do pseudônimo Calarcá (EMC - Calarcá) [6]. Poucas semanas após, o Exército da Libertação Nacional assumiu a autoria. Ainda assim, o Ministério da Defesa seguiu acusando os dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, o EMC - Calarcá. O ataque a uma operação de combate à exploração ilegal de regiões florestais reforça a necessidade da interdisciplinaridade no enfrentamento ao desmatamento. Além disso, por ter ocorrido um dia antes do início da Cúpula presidencial da Organização do Tratado da Cooperação Amazônica, o atentado gerou preocupação do governo Petro, que reforçou a segurança do evento [7].

No dia 22 de agosto, a Hemeroteca Nacional, em Bogotá, sediou a V Cúpula de Presidentes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que contou com a presença dos líderes brasileiro, boliviano e colombiano – respectivamente, Lula, Arce e Petro –, da vice-presidente do Equador, María José Pinto, e de representantes dos demais países [8] [9]. O objetivo central do encontro era avançar em acordos regionais que permitissem evitar o ponto de não retorno da Amazônia [9]. Durante a Cúpula, buscava-se, também, alcançar consensos que permitissem que os países amazônicos tivessem um posicionamento único na COP30, que acontecerá em Belém do Pará, no Brasil, em novembro. Um dos principais resultados da Cúpula foi o apoio para o lançamento do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês), na COP30 [10]. O fundo, proposto pelo Brasil, é um mecanismo de financiamento à longo prazo para a conservação de florestas tropicais, com base em resultados [10]. Também

foi aprovada a base e estrutura do Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas, uma instância de promoção de diálogo entre governos e povos indígenas amazônicos [10]. Apesar de avanços no que tange a participação de povos indígenas em decisões sobre a Amazônia, a principal proposta colombiana, a não-exploração de combustíveis fósseis na região, ficou mais uma vez de fora da declaração final e não recebeu apoio dos países da OTCA.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/minambiente-y-pueblos-indigenas-convocan-a-un-pacto-por-la-vida-para-la-proteccion-de-la-amazonia/>
- [2] Disponível em: <https://www.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/MinAmbiente-y-pueblos-indigenas-convocan-al-Pacto-por-la-Vida-para-la-Prote-250805.aspx>
- [3] Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2025-08-06/gustavo-petro-encarga-a-irene-velez-ministra-de-ambiente-en-reemplazo-de-lena-estrada.html>
- [4] Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/08/11/disputa-no-rio-amazonas-bandeira-da-colombia-e-hasteada-em-santa-rosa-e-militares-peruanos-a-retiram.ghtml>
- [5] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/dialogos-amazonicos-en-inirida-fortalecen-la-posicion-de-colombia-para-la-cop30-de-belen/>
- [6] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/08/21/helicoptero-da-policia-colombiana-cai-e-deixa-mortos-e-governador-fala-em-ataque-de-dissidentes-das-farc.ghtml>
- [7] Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/en-vivo/eln-se-atribuye-atentado-a-helicoptero-de-la-policia-en-amalfi/>
- [8] Disponível em: <https://elpais.com/america-futura/2025-08-23/la-cumbre-presidencial-amazonica-de-bogota-cierra-sin-freno-a-los-combustibles-fosiles-pero-con-impulso-para-los-indigenas.html>
- [9] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/paises-amazonicos-definen-en-bogota-su-agenda-comun-hacia-la-cop30/>
- [10] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-bogota

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

O governo equatoriano anunciou, por meio do Decreto Executivo nº 60, eentre outras medidas, a fusão do Ministério de Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE) com o Ministério de Energia e Minas, como parte de uma reforma para ganhar “eficiência administrativa” [1]. A decisão foi altamente criticada por organizações sociais e coletivos ambientalistas, tendo em vista a contradição entre unir sob a mesma pasta a fiscalização ambiental e a promoção de atividades extrativistas. Os ativistas temem que a

fusão atrapalhe os processos de participação cidadã, como as consultas ambientais que analisam as licenças que serão concedidas a projetos de mineração e extração de petróleo. Receiam também que tal decisão aumente conflitos em torno de questões socioambientais e vulnerabilizar os direitos da natureza reconhecidos no Equador.

Além disso, no dia 4 de agosto, o governo do Equador, por intermédio da *Empresa Nacional Minera* (ENAMI EP), firmou um memorando de entendimento com a multinacional *Barrick International LTD*, líder na produção de ouro e cobre [2]. O objetivo é estabelecer que as atividades de mineração atendam aos requisitos da compensação social, responsabilidade ambiental e cumprimento de investimentos. O acordo contempla aportes iniciais de US\$ 8,5 milhões, sendo US\$ 1 milhão destinado a projetos sociais em comunidades localizadas em zonas de intervenção. Segundo o governo, a iniciativa faz parte do projeto *El Nuevo Ecuador*, que busca promover uma mineração com altos padrões sociais, ambientais e técnicos.

No dia 14, o presidente Daniel Noboa participou de uma cerimônia para assinatura de convênios que destinarão cerca de US\$ 400.000 para o desenvolvimento de produtos agrícolas, comércio e turismo comunitário [3]. Os projetos contemplados serão: a revalorização do tecido social do *Pueblo Panzaleo* da comunidade de Quilapungo (Zumbahua); o melhoramento do museu de Chalán e a promoção do turismo comunitário em San José de Chalán Grande (Licto); e a potencialização de produção de plantas aromáticas e medicinais em Illahua Chaupiloma (Quisapincha). Durante o evento, Noboa também entregou registros de pessoas jurídicas a centros, comunidades e associações amazônicas de Riobamba, Latacunga, Ambato, Pujilí e Quisapincha.

Entre os dias 25 e 29 de agosto, autoridades do Equador, da Colômbia e do Peru se reuniram na Reserva de Cuyabeno por ocasião da 31ª Reunião do Comitê Técnico do Programa Trinacional de Conservação e Desenvolvimento Sustentável [4][5]. Os especialistas, vinculados aos Ministérios de Meio Ambiente de cada país, avaliaram o estado atual do Corredor Trinacional Amazônico, complexo formado pelo Parque Nacional La Playa, da Colômbia, pela Reserva de Produção de Fauna Cuyabeno, do Equador, e pelo Parque Nacional Güepí-Sekime e as Reservas Comunais Airo Pai e Huimeki, do Peru – que juntos somam cerca de 4 milhões de hectares. O intuito do encontro foi preparar os ministérios para uma maior cooperação na área contra ameaças diversas (desmatamento, mineração ilegal, narcotráfico, expansão da fronteira agrícola e caça indiscriminada) e pela conservação da biodiversidade local. A iniciativa contou com o apoio da *Fundación para la Conservación y el Desarrollo Sostenible* (FCDS) da

Colômbia, uma organização não-governamental constituída em 2011 que atua no desenvolvimento sustentável dos territórios.

Ao fim do encontro, foi estabelecido que os governos locais trabalharão conjuntamente no estabelecimento de ações de monitoramento com uso de satélites, patrulhas comunitárias e cooperação em inteligência para conter os crimes ambientais. Também trabalharão para inserir os povos indígenas e comunidades locais nas iniciativas de conservação. O presidente Noboa reforçou que essas ações se inscrevem em uma “visão de gestão integrada e sustentável dos recursos naturais”. Vale ressaltar que o bioma amazônico corresponde a 40% do território nacional do Equador.

Referências

- [1] Disponível em: <https://ambienta.uy/gobierno-de-ecuador-elimina-su-ministerio-de-ambiente/>
- [2] Disponível em: <https://www.comunicacion.gob.ec/ecuador-fortalece-la-mineria-responsable-con-alianza-internacional-estrategica/>
- [3] Disponível em: <https://www.comunicacion.gob.ec/el-gobierno-de-daniel-noboa-impulsa-el-desarrollo-de-proyectos-agricolas-de-comercio-y-turismo-comunitario-en-cotopaxi-chimborazo-y-tungurahua/>
- [4] Disponível em: <https://es-us.noticias.yahoo.com/ecuador-colombia-per%C3%BA-unen-proteger-224005442.html>
- [5] Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2025/09/02/ecuador-colombia-y-peru-reforzaron-la-cooperacion-para-proteger-el-corredor-trinacional-amazonico/>

Guiana

Por Guilherme Fritz

O mês de agosto foi um período de véspera eleitoral para a Guiana. Em 1º de setembro, ocorrerão as eleições presidenciais do país. O atual presidente, Irfaan Ali, é um dos candidatos ao pleito. Concomitante com esse período de importância política, uma escalada de tensões envolvendo a Venezuela ocorreu, de maneira que a questão fronteiriça vem se apresentando como uma das principais pautas da disputa eleitoral [1].

Ainda em agosto, o governo dos Estados Unidos enviou navios para o Caribe com a justificativa de combater o narcotráfico [2]. Essa retórica acabou mobilizando uma agenda que engloba países do Caribe, incluindo a Guiana. No dia 19 de agosto, a Unidade Antinarcóticos de Aduanas de Guyana (CANU) denunciou que a maior parte da droga

que entra no país provém da Venezuela, sendo a Guiana utilizada como ponto de transbordo para mercados internacionais [3]. Por sua vez, a Primeira-Ministra de Trinidad e Tobago, Kamla Persad-Bissessar, declarou que permitiria que os Estados Unidos ocupassem militarmente o território marítimo do país se fosse para combater o narcotráfico ou impedir agressões da Venezuela contra a Guiana, referindo-se à disputa pelo território de Essequibo [4].

Inescapavelmente, os assuntos de segurança e defesa relacionados à Venezuela e ao narcotráfico serão um grande pano de fundo para as eleições. Esse assunto está ligado diretamente à floresta amazônica, pois é esse o cenário onde qualquer combate, ocupação ou disputa será travado caso as tensões aumentem ainda mais. Não é inviável supor que essa poderia ser a chave de entrada para uma ocupação material mais acentuada dos Estados Unidos na região amazônica, que seria parcialmente legitimada pelas demandas de segurança de países incapazes de lidar com a questão de maneira individual [1][2][3][5].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.dw.com/en/guyana-votes-for-president-amid-oil-boom-tensions-with-venezuela/a-73843860>.
- [2] Disponível em: <https://www.reuters.com/world/us-military-deploying-forces-southern-caribbean-against-drug-groups-2025-08-14/>
- [3] Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/spa/guyana-denuncia-que-la-mayor-parte-de-la-droga-que-entra-en-el-pa%C3%ADs-procede-de-venezuela>.
- [4] Disponível em: <https://newsroom.gy/2025/08/24/trinidad-pm-u-s-welcome-to-use-our-waters-if-venezuela-threatens-guyana>.

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

No mês de agosto de 2025, o Peru esteve no centro de iniciativas diplomáticas, ambientais e territoriais voltadas tanto à conservação da Amazônia quanto à gestão de disputas fronteiriças. As ações combinaram esforços multilaterais de cooperação, políticas públicas de proteção ambiental e respostas a tensões interestatais na região.

No início do mês, o Ministério do Meio Ambiente (MINAM) aprovou uma guia de financiamento climático, destinada a otimizar o acesso e a gestão de recursos econômicos, públicos e privados, para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas. A

medida visa fortalecer a capacidade institucional do Estado para planejar, registrar e monitorar os fluxos financeiros voltados a projetos de mitigação e adaptação, contribuindo para uma maior transparência e eficiência na gestão ambiental. O documento integra os esforços do Estado peruano para mitigar e adaptar-se aos impactos das mudanças climáticas, em consonância com a Lei-Quadro de Mudança Climática, a Estratégia Nacional de Mudança Climática até 2050 e os compromissos internacionais do Acordo de Paris. [1]

Ainda no início de agosto, o governo anunciou uma meta a ser cumprida até 2030: conservar 5 milhões de hectares de turfeiras amazônicas, ecossistema considerado estratégico para a captura de carbono. O plano inclui sua incorporação ao Inventário Nacional de Ecossistemas, com vistas a fortalecer a formulação de políticas públicas e estratégias de conservação baseadas em evidências científicas. A meta foi anunciada no evento “Iniciativa Global para Turfeiras: Promovendo a Cooperação Sul-Sul”, na 15ª Conferência das Partes Contratantes da Convenção de Ramsar sobre Zonas Úmidas, intitulada “Protegendo Zonas Úmidas para o Nosso Futuro Comum, em julho, no Zimbábue. [2][3]

No campo da governança amazônica regional, o Ministério das Relações Exteriores do Peru reforçou, em reunião da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a necessidade de fortalecer a cooperação internacional efetiva para enfrentar ameaças comuns como desmatamento, atividades ilegais e impactos climáticos, e de colocar a Amazônia no centro da agenda climática global. O chanceler peruano destacou ainda a importância de consolidar uma governança sustentável capaz de articular os interesses dos países amazônicos e das comunidades originárias locais. [4][5]

Em meio a esse esforço cooperativo, contudo, emergiram tensões fronteiriças na Amazônia. A disputa entre Peru e Colômbia pela Ilha de Santa Rosa, situada na tríplice fronteira amazônica, escalou ao longo de agosto, resultando em deslocamento de militares de ambos os lados e em uma série de tensões diplomáticas. Enquanto o governo colombiano acusa o Peru de desrespeitar o Protocolo de Amizade e Cooperação entre a República do Peru e a República da Colômbia firmado em 1934, Lima afirma que a ilha é parte integrante de seu território, vinculada à Ilha de Chinería. O episódio se escalou após o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, mudar a comemoração da independência colombiana para a cidade fronteiriça de Letícia, no dia 7 de agosto, como sinal ao governo peruano. Em 15 de agosto, a presidente peruana Dina Boluarte visitou a região, reafirmando a soberania peruana. O episódio repercutiu no plano regional: um estudo

divulgado no mesmo período mapeou conflitos e disputas fronteiriças na Amazônia, ressaltando como pressões territoriais, atividades ilegais e mudanças no curso dos rios alimentam tensões interestatais. Esse diagnóstico reforça o caráter multidimensional da governança amazônica, que envolve tanto cooperação ambiental quanto administração de fronteiras. No dia 23 de agosto, Peru e Colômbia divulgaram um comunicado conjunto reafirmando o compromisso de preservar a Amazônia por meio da cooperação bilateral e do diálogo diplomático, em paralelo à resolução pacífica das disputas fronteiriças. [6][7][8][9][10]

Ainda em agosto, reportagens internacionais chamaram atenção para ameaças crescentes de exploração de madeira na Amazônia peruana, incluindo riscos a povos indígenas isolados, como os Mashco-Piro. O caso, revelado pelo jornal estadunidense The Guardian, expôs a tentativa de uma empresa madeireira construir uma ponte para chegar à tribo, demonstrando as fragilidades da fiscalização estatal e ressaltando a urgência de fortalecer mecanismos de proteção territorial diante da pressão de atividades ilegais sobre áreas de alta sensibilidade socioambiental. [11]

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gob.pe/es/n/1229296>
- [2] Disponível em: <https://www.gob.pe/es/n/1222104>
- [3] Disponível em: <https://www.wetlandscop15.gov.zw/>
- [4] Disponível em: <https://www.gob.pe/es/n/1231790>
- [5] Disponível em: <https://www.gob.pe/es/n/1230798>
- [6] Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/08/09/disputa-por-ilha-no-rio-amazonas-escala-e-faz-colombia-e-peru-deslocarem-militares-para-fronteira-com-brasil-entenda-a-briga.ghtml>
- [7] Disponível em: <https://noticiasambientales.com/meio-ambiente/tensao-entre-colombia-e-peru-por-uma-ilha-amazonica-soberania-acesso-fluvial-e-equilibrio-ambiental-em-jogo>
- [8] Disponível em: <https://www.infobae.com/colombia/2025/08/05/gustavo-petro-anuncio-que-traslada-la-celebracion-de-la-batalla-de-boyaca-a-leticia-porque-peru-ha-copado-territorio-colombiano-ha-violado-el-protocolo-de-rio-de-janeiro/>
- [9] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-08/estudo-mapeia-disputas-e-conflitos-nas-fronteiras-da-amazonia>
- [10] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1231051-comunicado-conjunto-de-los-ministros-de-relaciones-exteriores-del-peru-y-de-colombia>
- [11] Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2025/aug/28/peru-amazon-logging-mashco-piro>

Suriname

Por Guilherme Fritz

No dia 22 de agosto de 2025, o Suriname participou da 5ª Cúpula Presidencial da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que ocorreu na cidade de Bogotá, na Colômbia. Melvin Bouva, o Ministro das Relações Exteriores Comércio Internacional e Cooperação, foi quem representou o país em nome da presidente Jennifer Geerlings-Simmons. O presidente da Colômbia, Gustavo Preto, presidiu a Cúpula [1][2].

Antes da Cúpula Presidencial, Melvin Bouva participou da Cúpula dos Ministros de Relações Exteriores da OTCA, no dia 20, quando discursou sobre a importância da Amazônia para o Suriname e sobre a necessidade de mitigar o desmatamento na região. O ministro chegou a declarar que a Amazônia seria *“o berço da nossa história — do Suriname —, o alento do nosso presente e a promessa do futuro dos nossos filhos”*. À margem da cúpula, Melvin Bouva também manteve diálogos bilaterais com seus homólogos brasileiro, venezuelano, peruano e colombiano [1][2].

Além disso, no dia 13 de agosto, ocorreu a 9ª rodada do Mecanismo de Consulta China-Caribe, em Pequim. O Suriname foi representado por uma delegação do Relações Exteriores, Comércio Internacional e Cooperação, liderada pela embaixadora Miriam Mac Intosh. Durante a reunião, ambas as partes comprometeram-se com o esforço no aprofundamento de parcerias em áreas de desenvolvimento econômico, técnico e também no que diz respeito à preservação climática [3].

Para além da China, no dia 14 de agosto, o Suriname e os Estados Unidos realizaram discussões de alto nível no Gabinete da Presidente Geerlings-Simmons. Os focos de cooperação divulgados dizem respeito ao comércio, ao crescimento econômico, à segurança e ao intercâmbio cultural [4].

Referências

- [1] Disponível em: <https://gov.sr/minister-bouva-benadrukt-duurzame-ontwikkeling-met-behoud-van-biodiversiteit-op-5e-presidentiele-summit-van-de-acto>.
- [2] Disponível em: <https://www.gfcnieuws.com/bouva-spreekt-acto-summit-toe-namens-president-simons>.
- [3] Disponível em: <https://gov.sr/suriname-benadrukt-strategisch-partnerschap-in-het-9th-china-caribbean-consultation-mechanism>.
- [4] Disponível em: <https://whoswho.sr/article/suriname-and-united-states-explore-expanded-areas-of-cooperation.html>.

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Em 8 de agosto, o presidente Nicolás Maduro e o chanceler Yván Gil receberam o secretário geral da OTCA, Martín Von Hildebrand, e reafirmaram o compromisso da Venezuela com a proteção e o desenvolvimento sustentável da Amazônia. A importância do respeito à soberania e a melhora das condições de vida das populações que vivem na floresta também estiveram na agenda. [1] [2]

Em 22 de agosto, ocorreu em Bogotá, na Colômbia, a V Cúpula de Presidentes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). No encontro, o chanceler Gil afirmou que a Venezuela tem o compromisso “de seguir fortalecendo os esforços conjuntos para erradicar a mineração ilegal, na plena defesa de nossa soberania e proteção deste ecossistema vital”. [3] Já o ministro de Ecosocialismo da Venezuela, Ricardo Molina, destacou a implementação da Gran Misión Madre Tierra Venezuela, e seus sete componentes, como um relacionado à conservação da Amazônia.[4] A vice-presidenta setorial de Ciência, Tecnologia, Ecosocialismo e Saúde da Venezuela, Gabriela Jiménez, também participou da Cúpula e propôs a criação de um Comitê de Bioética no âmbito da OTCA. [5]

Em agosto, também tiveram continuidade as ações da Fuerza Armada Nacional Bolivariana (FANB) no combate à mineração ilegal na Amazônia venezuelana. No âmbito da operação Escudo Bolivariano Maroa 2025, foi identificado e destruído um acampamento no município de Atabapo, no estado Amazonas. [6] A ação foi realizada, segundo o comandante Domingo Hernández Lárez, por uma Unidad de Reacción Rápida (URRA) da FANB em conjunto com a Policía Nacional Bolivariana (PNB). [7]

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/politica/213433/venezuela-avanza-en-la-proteccion-de-la-amazonia-en-reunion-con-representantes-de-la-otca-fotos>
- [2] Disponível em: <https://mippci.gob.ve/index.php/2025/08/08/maduro-fortalece-cooperacion-regional-para-salvaguardar-la-amazonia/>
- [3] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/politica/214395/yvan-gil-venezuela-se-compromete-con-la-defensa-y-proteccion-de-la-amazonia>
- [4] Disponível em: <https://www.vtv.gob.ve/venezuela-presenta-avances-proteccion-amazonia-cumbre-amazonica/>
- [5] Disponível em: <https://www.notitarde.com.ve/pais/83285/gobierno-nacional-propone-alianza-tecnologica-para-preservar-la-amazonia>

[6] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/214319/fanb-desmantelo-nuevo-campamento-de-mineria-ilegal-en-amazonas>

[7] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/214156/fanb-destruye-campamento-logistico-de-mineria-ilegal-en-amazonas>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

Entre os dias 4 e 8 de agosto, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) promoveu um encontro de especialistas em tecnologia da informação e dados da Amazônia na sua sede em Brasília [1]. Durante o evento, nomeado *ORathon*, os técnicos discutiram como implementar novas soluções digitais para fortalecer o sistema de informações georreferenciada do Observatório Regional Amazônico (ORA) e promover a disseminação de conhecimento técnico-científico sobre o bioma. Os debates focaram em temas como: hidrologia, biodiversidade, desmatamento e mudanças climáticas.

Os especialistas estabeleceram como meta a criação de um ambiente de interoperabilidade robusto, capaz de integrar as ferramentas do ORA e ampliar o alcance das informações disponibilizadas pelo Observatório para os países membros da OTCA e o público interessado. No encontro, outras plataformas, como a Amazônia 360 (desenvolvida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o módulo hídrico *Map Biomas*, também foram citadas. O evento contou com a participação de representantes do Banco Mundial, da Universidade Federal do Amazonas e da Universidade de Maryland, que mostraram outras ferramentas, como o sistema *Hydro-Bid*, que modela cenários hidrológicos, e os *KIDS (Knowledge Information & Data Services)* que permitem o acesso a bases de dados interativas e temáticas. No fim, os especialistas avançaram na proposta de criação do ORA 2.0.

Em termos institucionais, a Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, foi convocada para o Conselho que discutirá indicadores e metas que guiarão ações de adaptação e mitigação às mudanças climáticas, organizado pelo presidente da COP30 e embaixador do Brasil, André Corrêa do Lago [2]. Grazziotin também participou do Workshop Introdução à Diplomacia Científica para o Desenvolvimento Sustentável, realizado na sede do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), em Brasília, organizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI) do Brasil e o Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais (IAI) [3]. A necessidade de investimentos nacionais, diplomacia científica, fomento a energias renováveis e bens

públicos globais (*Global Commons*) e implementação de mecanismos de cooperação internacional voltados ao desenvolvimento sustentável na América Latina e Caribe foram alguns dos temas abordados pelos participantes.

Como parte das discussões referentes à COP30, a Plataforma Cipó lançou o Painel de Acompanhamento da Implementação da Declaração de Belém [4]. Os dados, que correspondem ao período entre agosto de 2023 e junho de 2025, registraram aproximadamente 1.700 ações vinculadas ao documento. As análises iniciais mostram que 70% das medidas contabilizadas são preliminares, enquanto 4% resultaram em compromissos formalizados e 12% alcançaram a implementação prática. A metodologia utilizada no estudo se baseou no estabelecimento de cinco níveis de implementação – do interesse político até a gestão de impacto para a biodiversidade e comunidades locais. A pesquisa indica ainda que os eixos temáticos que mais concentram iniciativas são o de Ciência, Educação e Inovação, Mudança no Clima e Proteção das Florestas, enquanto a OTCA emerge como o principal ator responsável pela articulação de medidas. No entanto, a pesquisadora responsável pelo estudo, Marília Closs, aponta que os compromissos ligados à proteção social e o reconhecimento das culturas amazônicas ainda estão em estágio inicial, bem como a implementação do Painel Intergovernamental Técnico-Científico da Amazônia e do Observatório de Mulheres Rurais.

Ao longo de uma semana, representantes da OTCA participaram de diversas atividades antes e durante a realização da V Cúpula de Presidentes dos Países Amazônicos em Bogotá. No dia 18, membros do governo colombiano, líderes indígenas e representantes da sociedade civil se reuniram para dar início ao evento com debates sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia, a biodiversidade e a proteção dos povos indígenas [5]. Martín van Hildebrand, secretário-geral da OTCA, falou sobre a necessidade de se ter uma visão integral sobre a Amazônia que permita encontrar soluções ambientais, ecológicas e de segurança. A chanceler interina da Colômbia, Rosa Yolanda Villavicencio, falou que as políticas pensadas para a região devem levar em consideração as comunidades que a habitam. Já o presidente da Organização Nacional dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana (OPIAC), Oswaldo Muca, reforçou que as ações devem ser “reais, justas e equitativas”.

No dia 19, van Hildebrand participou de uma cerimônia espiritual celebrada pelos povos indígenas da Amazônia, marco que deu início à Cúpula [6]. Na sequência, um grupo de representantes da sociedade civil e dos povos indígenas se reuniu em um evento na Hemeroteca da Universidade Nacional que debateu mecanismos de participação social

como parte do eixo “Diálogos Amazônicos” [7]. Os líderes discutiram a proposta de criação da “OTCA Social” cujo intuito seria o de fortalecer as redes de comunicação entre os países membros e os setores sociais comprometidos com a proteção e o desenvolvimento da Amazônia. Nesse tópico, Vanessa Grazziotin, Diretora-Executiva da OTCA, citou a necessidade de democratizar os mecanismos de participação da organização com a criação de um mecanismo permanente dentro da instituição.

A gestão de recursos hídricos também foi um tema central da Cúpula. O painel “Os Rios Voadores: o segredo mais bem guardado da Amazônia”, realizado pela OTCA em parceria com o Ministério de Relações Exteriores da Colômbia, debateu sobre a importância desse recurso para o abastecimento da floresta e mitigação da seca nos territórios urbanos e rurais [8]. O coordenador científico do ORA, Arnaldo Carneiro, disse que, para os anos de 2030 e 2050, o esperado é que haja uma perda de força de entrada da umidade conferida pelo descolamento dos rios aéreos e que é importante combater o desmatamento proveniente do hemisfério Norte que afeta o fenômeno.

Outra agenda que ganhou visibilidade foi a estruturação de um mecanismo financeiro regional para a Amazônia [9]. Segundo Edith Paredes, Diretora-Administrativa da OTCA, a criação desse mecanismo é fundamental para a continuidade da cooperação entre os países da Pan Amazônia. O objetivo de tal iniciativa é a captação de recursos internacionais para ações coordenadas de conservação, desenvolvimento sustentável e cooperação na região amazônica. Em outro momento, o consultor técnico do Programa de Ações Estratégicas (PAE) da OTCA, Fernando Cisneros, participou de um debate sobre o monitoramento dos recursos hídricos da Amazônia. Na ocasião, Cisneros destacou o papel desempenhado pela Rede Amazônica de Autoridades da Água (RADA) como um espaço de participação e coordenação de esforços para a implementação de políticas públicas [10].

Como parte da programação da Cúpula, a Reunião Extraordinária do Conselho de Cooperação Amazônica (CCA) ocorreu com a presença de delegados dos oito países membros da OTCA [11]. Nela, os conselheiros discutiram aspectos da Declaração de Belém, e novas resoluções para a atualização do documento. Depois, houve a Reunião dos Ministros de Relações Exteriores da OTCA, que estabeleceu as diretrizes políticas e as propostas direcionadas à Cúpula dos Presidentes [12]. Os ministros se encontraram no Palácio de San Carlos, sede do Ministério de Relações Exteriores da Colômbia, e reforçaram pontos importantes da atuação da OTCA com vistas à realização da COP 30, tais como a luta contra o desmatamento, a conservação da biodiversidade e a proteção

dos conhecimentos ancestrais das comunidades indígenas. O Ministro Mauro Vieira, do Brasil, destacou que a OTCA nasceu “de uma visão conjunta de futuro” e que por isso é necessário mobilizar recursos em grande escala para uma transição ecológica justa. O ministro acrescentou que o Brasil propôs a criação do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) que busca unir recursos públicos e privados para a conservação do bioma.

De modo complementar, o secretário Martín von Hildebrand afirmou que os países da OTCA devem mostrar ao mundo que estão assumindo a gestão integral da Bacia Amazônica, sua conservação e a das comunidades que a habitam. O evento também contou com a participação de André Corrêa do Lago, presidente da COP30, Rosa Yolanda Villavicencio, Yván Gil Pinto, Celinda Sosa Linda e Melvin W.J. Bouva, Ministros de Relações Exteriores da Colômbia, da Venezuela, da Bolívia e do Suriname, respectivamente. As demais autoridades reafirmaram que a OTCA deve unir esforços para elaborar políticas que evitem o ponto de não-retorno da Amazônia. Por fim, um dos grandes resultados da Reunião de Ministros foi a aprovação da resolução de criação do Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas (MAPI) [13].

O MAPI responderá pela representação, coordenação e diálogo permanente dos povos indígenas que residem no território amazônico, além de ser um espaço de elaboração de ações em temas como desmatamento, tráfico de espécies, revitalização das línguas indígenas, transmissão de conhecimentos e tradições ancestrais etc. Freddy Mamani, Coordenador de Assuntos Indígenas da OTCA, disse que a criação do MAPI é um compromisso político de alto nível que busca reparar uma dívida histórica com os povos indígenas da Amazônia. Um dos destaques do MAPI é a copresidência, na qual cada membro será representado por um delegado governamental e um delegado indígena como garantia de paridade na participação institucional. A Ministra dos Povos Indígenas do Brasil, Sônia Guajajara, pontuou que a aliança entre governos e organizações indígenas é um passo positivo para a valorização dos territórios indígenas e transformação da relação entre seres humanos e natureza.

No último dia, 22 de agosto, foi realizada a Reunião de Presidentes da OTCA, com a participação dos representantes do Brasil, Lula da Silva, da Colômbia, Gustavo Petro, e da Bolívia, Luis Arce, ao lado de Maria José Pinto, vice-presidente do Equador, e autoridades da Venezuela, Peru, Suriname e Guiana [14]. Petro sinalizou que o principal inimigo da Amazônia é o narcotráfico, enfatizando que os países da região precisam se unir para combatê-lo; Lula destacou a criação do MAPI e da OTCA Social, como instâncias de participação da sociedade civil; e Arce pontuou que a Bolívia apoiará o

TFFF. Juntos, presidentes e demais autoridades, anunciaram a Declaração de Bogotá e a próxima Reunião de Presidentes, que acontecerá no Equador, em 2027.

Além de celebrar o 45º aniversário do TCA, a Declaração de Bogotá reforça, dentre outros pontos, a cooperação amazônica e o direito à água potável, reconhece o potencial dos sistemas de produção agrícola sustentável e o manejo sustentável das florestas, recomenda a proteção dos Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial (PIACI), propõe a aproximação com a Comunidade Andina, saúda a reativação da Comissão Especial de Saúde da Amazônia (CESAM) e da Comissão Nacional Permanente da Amazônia na Bolívia e propõe avançar no estabelecimento do Mecanismo Financeiro da OTCA, além de apoiar o TFFF, que será oficialmente lançado na COP30 [15][16]. No âmbito institucional, a Declaração firmou o compromisso de fortalecer a Secretaria Permanente da OTCA e promulgar a emenda que eleva a Reunião de Presidentes à instância máxima da organização.

Referências

- [1] Disponível em: <https://otca.org/pt/especialistas-em-tecnologia-e-dados-se-reunem-na-otca-para-impulsionar-inovacao-no-observatorio-regional-amazonico/>
- [2] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-08/cop30-anuncia-conselho-para-adaptacao-mudancas-climaticas>
- [3] Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2025/08/conexao-de-infraestruturas-cientificas-e-atuacao-em-foros-multilaterais-marcam-segundo-dia-de-workshop-sobre-diplomacia-cientifica-do-cgee>
- [4] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/cop-30-amazonia/noticia/2025/08/14/fundamental-para-firmar-sede-da-cop30-declaracao-de-belem-tem-apenas-4percent-dos-compromissos-formalizados-mostra-estudo.ghtml>
- [5] Disponível em: <https://otca.org/pt/dialogo-em-bogota-busca-levar-voz-unica-da-amazonia-para-a-cop30-em-belem/>
- [6] Disponível em: <https://otca.org/pt/secretario-geral-da-otca-da-inicio-oficial-a-cupula-dos-paises-amazonicos/>
- [7] Disponível em: <https://otca.org/pt/as-vozes-sociais-fortalecem-a-cupula-dos-paises-amazonicos/>
- [8] Disponível em: <https://otca.org/pt/os-rios-voadores-podem-fazer-com-que-a-amazonia-volte-a-ser-o-pulmao-do-mundo/>
- [9] Disponível em: <https://otca.org/pt/os-pilares-da-v-cupula-dos-presidentes-do-tratado-de-cooperacao-amazonica/>
- [10] Disponível em: <https://otca.org/pt/cuidar-dos-recursos-hidricos-da-amazonia-e-ajudar-a-preservar-a-vida-no-mundo/>
- [11] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-lidera-agenda-regional-em-reuniao-extraordinaria-do-conselho-de-cooperacao-amazonica/>

- [12] Disponível em: <https://otca.org/pt/ministros-das-relacoes-exteriores-que-integram-a-otca-finalizam-detalhes-para-apresentar-a-declaracao-de-bogota-em-defesa-da-amazonia/>
- [13] Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-deu-um-sim-historico-para-reivindicar-os-direitos-dos-povos-indigenas-da-amazonia/>
- [14] Disponível em: <https://otca.org/pt/amazonia-em-alerta-lideres-regionais-pedem-acao-global-e-se-unem-pela-protecao-da-floresta/>
- [15] Disponível em: <https://otca.org/pt/os-presidentes-dos-paises-amazonicos-aprovaram-a-declaracao-de-bogota-com-iniciativas-e-mecanismos-para-fortalecer-a-protecao-da-floresta/>
- [16] Disponível em: <https://otca.org/pt/declaracao-de-bogota-reforca-fundo-para-salvar-as-florestas-tropicais/>